



# AVISO IMPORTANTE:



**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>





# UFLA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

Assistente em Administração  
- Técnico- Administrativos em Educação

**EDITAL PROGEPE Nº 58, DE 7 DE AGOSTO DE 2025**

CÓD: SL-057AG-25  
7908433281351

## Língua Portuguesa

1. Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, compostos por diferentes linguagens, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes .....	9
2. Reconhecer marcas argumentativas; Analisar estratégias de argumentação e posicionamento autoral em gêneros diversos .....	10
3. Identificar fato e opinião; Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressu- posições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor .....	11
4. Identificar informações explícitas e/ou não explícitas em um texto; Reconhecer marcas linguísticas necessárias à com- preensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequen- ciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente) .....	12
5. Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto; Estabele- cer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes .....	12
6. Identificar e corrigir, em um texto dado, determinadas inadequações em relação à língua padrão .....	14
7. Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto .....	14
8. Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor etc.) .....	16
9. Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto .....	18
10. Reconhecer e identificar a estrutura dos textos oficiais .....	18
11. Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras e os efeitos de sentido (s) decorrentes desse uso .....	25
12. Identificar mecanismos linguísticos, semióticos e discursivos para a construção da coesão e de coerências textuais; Reconhecer e analisar a importância da organização linguística, semiótica e discursiva para a construção do texto e dos efeitos de sentidos .....	34
13. Analisar as características linguísticas próprias de textos multissemióticos .....	34
14. Reconhecer e analisar os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, espe- cialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais .....	35
15. Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal: pontuação .....	37
16. Ortografia .....	39
17. Concordância nominal e verbal .....	41
18. Regência nominal e verbal .....	42
19. Colocação pronominal .....	44
20. Estruturação de orações e períodos .....	45
21. Identificar variedades e adequação de linguagem .....	48

## Matemática e Raciocínio Lógico

1. Conjuntos. Representação de um conjunto. Relações de pertinência e inclusão/igualdade de conjuntos. Subconjuntos. Conjunto universo. Conjunto das partes de um conjunto. Operações com conjuntos: união, interseção, diferença e complementar. Produto cartesiano. Diagrama de Venn. Número de elementos de um conjunto .....	59
2. Conjuntos numéricos. Números naturais e inteiros: operações fundamentais. Números racionais: representação decimal dos números racionais (exata e periódica). Números irracionais. Números reais: operações fundamentais, potenciação e radiciação, representação geométrica dos números reais, valor absoluto, intervalos .....	62
3. Critérios de divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos .....	75
4. Unidades de medidas. Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa/velocidade, ângulo, informáti- ca, energia e tempo. Transformações das unidades de medidas .....	79
5. Relações entre grandezas. Razões e proporções. Números e grandezas proporcionais .....	84

6. Regra de três simples e composta .....	86
7. Noções de matemática financeira. Porcentagens, juros simples e compostos.....	87
8. Funções. Conceito de função. Domínio, contradomínio, imagem. Gráficos. Composição de funções. Funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras. Funções crescentes e decrescentes. Função inversa. Função definida por várias sentenças. Função linear, função afim e seus gráficos.....	90
9. Sistema de equações lineares. Sistemas lineares homogêneos e não homogêneos. Resolução de sistemas lineares: escalonamento, regra de Cramer. Sistemas equivalentes. Sistemas determinados, indeterminados e impossíveis.....	99
10. Análise combinatória e probabilidade. Noções elementares de análise combinatória e probabilidade. Arranjos, combinações, permutações simples e permutações com repetição. Probabilidade: conceitos básicos, probabilidade da união de eventos, independência de eventos e probabilidade condicional.....	108
11. Noções de estatística. População, amostra.....	113
12. Média, mediana, moda.....	114
13. Freqüências relativas, absolutas e percentuais.....	115
14. Interpretação de gráficos e de tabelas.....	121
15. Raciocínio lógico. Noções básicas da lógica matemática: proposições, problemas com tabelas e argumentação. Tabelas Verdade, resolução de problemas .....	126

## Noções de Administração Pública

1. Modelos de Administração Pública.....	137
2. Organização da Administração Pública (Direta, Indireta e Divisão Político-Administrativa).....	139
3. Processo Administrativo na Gestão Pública.....	143
4. Fundamentos da Administração Pública.....	147
5. Ciclo do Planejamento Estratégico .....	148
6. Grandes Áreas da Administração Pública (Gestão de Pessoas, Recursos Humanos, Marketing e Administração de Recursos Materiais, Patrimoniais e Serviços).....	150
7. Ética e Compliance no Serviço Público .....	157

## Noções de Informática

1. Software.....	161
2. Conhecimentos básicos de sistemas operacionais para computadores (Windows). Aplicativos Diversos. Manipulação de arquivos e pastas. Tipos de arquivos e suas extensões. Windows Explorer .....	162
3. Procedimentos de backup. Backup.....	180
4. Microsoft Word.....	182
5. Microsoft Excel.....	195
6. Navegadores web (Edge, Firefox e Chrome) .....	210
7. Sistemas utilizados com recursos na nuvem.....	215
8. Segurança da Informação .....	218
9. Conhecimentos sobre Governo Digital. Plataformas de Governo Digital e seu papel na Administração Pública Federal ...	223
10. Sistema Eletrônico de Informações (SEI) .....	223

## Noções de Finanças e Orçamento Público

1. Características qualitativas da informação contábil.....	231
2. Critérios gerais de evidenciação nas Demonstrações Contábeis .....	232
3. Orçamento Público: princípios orçamentários, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Receitas Orçamentárias, Despesas Orçamentárias, Elaboração e Aprovação do Orçamento Público, Execução Orçamentária e Financeira; Artigos 165 a 169 da Constituição de 1988 .....	233
4. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público .....	250
5. Lei nº 101 de 4 de maio de 2000 .....	251
6. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 .....	267

## Material Digital Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigos 5º, 37 a 41 e 205 a 208.....	4
2. Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 .....	12
3. Elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos: Decreto nº 12002, de 22 de abril de 2024.....	18
4. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.....	33
5. Sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa: Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e suas alterações.....	58
6. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações .....	68
7. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações.....	81
8. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 1º ao 4º, 43 a 57.....	84
9. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA(*): BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.....	88
10. BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1994 ...	88
11. BRASIL. Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024. Estabelece normas para a elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 abr. 2024	88
12. BRASIL. Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991 .....	88
13. BRASIL. Lei nº 8.429, 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jun. 1992 .....	88
14. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.....	88
15. BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de jan. 1999 .....	88
16. BRASIL. Lei nº 13.709, 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 ago. 2018 .....	89

## Legislação Específica

1. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil .....	94
2. Lei nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de maio 2000 .....	94
3. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de mar. 1964 .....	110
4. Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991 .....	120
5. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011 .....	120
6. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 ago. 2018 .....	127
7. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30. mar. 2021 .....	127
8. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Estabelece normas para licitações e contratos administrativos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º abr. 2021 .....	135
9. Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021. Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para dispor sobre conflito de interesses e transparência nas contratações públicas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 out. 2021 .....	179

### Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

# LÍNGUA PORTUGUESA

**LER, COMPREENDER E INTERPRETAR TEXTOS DIVERSOS DE DIFERENTES GÊNEROS, COMPOSTOS POR DIFERENTES LINGUAGENS, REDIGIDOS EM LÍNGUA PORTUGUESA E PRODUZIDOS EM SITUAÇÕES DIFERENTES E SOBRE TEMAS DIFERENTES**

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

## COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

## INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > *Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015*

*Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



*“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”*

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

**Resolução:**

**Alternativa A – Correta:** A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

**Alternativa B – Incorreta:** O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

**Alternativa C – Correta:** O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

**Alternativa D – Correta:** O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

**Alternativa E – Correta:** A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

**Resposta: Letra B.**

**RECONHECER MARCAS ARGUMENTATIVAS; ANALISAR ESTRATÉGIAS DE ARGUMENTAÇÃO E POSICIONAMENTO AUTORAIS EM GÊNEROS DIVERSOS**

#### — Definição

Argumentação é um recurso expressivo da linguagem empregado nas produções textuais que objetivam estimular as reflexões críticas e o diálogo, a partir de um grupo de proposições.

A elaboração de um texto argumentativo requer coerência e coesão, ou seja, clareza de ideia e o emprego adequado das normas gramaticais. Desse modo, a ação de argumentar promove a potencialização das capacidades intelectuais, visto que contém expressão de ideias e pontos de vista ordenados e estabelecidos com base em um tema específico, visando, especialmente, persuadir o receptor da mensagem.

É importante ressaltar que a argumentação compreende, além das produções textuais escritas, as propagandas publicitárias, os debates políticos, os discursos orais, entre outros.

#### Os tipos de argumentação

– **Argumentação de autoridade:** recorre-se a uma personalidade conhecida por sua atuação em uma determinada área ou a uma renomada instituição de pesquisa para enfatizar os conceitos e influenciar a opinião do leitor. Por exemplo, recorrer ao parecer de um médico infectologista para prevenir as pessoas sobre os riscos de contrair o novo coronavírus.

– **Argumentação histórica:** recorre-se a acontecimentos e marcos da história que remetem ao assunto abordado. Exemplo: “A desigualdade social no Brasil nos remete às condutas racistas desempenhadas por instituições e pela população desde o início do século XVI, conhecido como período escravista.”

– **Argumentação de exemplificação:** recorre a narrativas do cotidiano para chamar a atenção para um problema e, com isso, auxiliar na fundamentação de uma opinião a respeito. Exemplo: “Os casos de feminicídio e de agressões domésticas sofridas pelas mulheres no país são evidenciados pelos sucessivos episódios de violência vividos por Maria da Penha no período em que ela esteve casada com seu ex-esposo. Esses episódios motivaram a criação de uma lei que leva seu nome, e que visa à garantia da segurança das mulheres.”

– **Argumentação de comparação:** equipara ideias divergentes com o propósito de construir uma perspectiva, indicando as diferenças ou as similaridades entre os conceitos abordados. Exemplo: No reino Unido, os desenvolvimentos na educação passaram, em duas décadas, por sucessivas políticas destinadas ao reconhecimento do professor e à sua formação profissional. No Brasil, no entanto, ainda existe um *déficit* na formação desses profissionais, e o piso nacional ainda é muito insuficiente.”

– **Argumentação por raciocínio lógico:** recorre-se à relação de causa e efeito, proporcionando uma interpretação voltada diretamente para o parecer defendido pelo emissor da mensagem. Exemplo: “Promover o aumento das punições no sistema penal em diversos países não reduziu os casos de violência nesses locais, assim, resultados semelhantes devem ser observados se o sistema penal do Brasil aplicar maiores penas e rigor aos transgressores das leis.”

#### Os gêneros argumentativos

– **Texto dissertativo-argumentativo:** esse texto apresenta um tema, de modo que a argumentação é um recurso fundamental de seu desenvolvimento. Por meio da argumentação, o autor defende seu ponto de vista e realiza a exposição de seu raciocínio. Resenhas, ensaios e artigos são alguns exemplos desse tipo de texto.

– **Resenha crítica:** a argumentação também é um recurso fundamental desse tipo de texto, além de se caracterizar pelo juízo de valor, isto é, se baseia na exposição de ideias com grande potencial persuasivo.

– **Crônica argumentativa:** esse tipo de texto se assemelha aos artigos de opinião, e trata de temas e eventos do cotidiano. Ao contrário das crônicas cômicas e históricas, a argumentativa recorre ao juízo de valor para acordar um dado ponto de vista sempre com vistas ao convencimento e à persuasão do leitor.

– **Ensaio:** por expor ideias, pensamentos e pontos de vista, esse texto caracteriza-se como argumentativo. Recebe esse nome exatamente por estar relacionado à ação de *ensaiar*, isto é, demonstrar as proposições argumentativas com flexibilidade e despreensão.

– **Texto editorial:** dentre os textos jornalísticos, o editorial é aquele que faz uso da argumentação, pois se trata de uma produção que considera a subjetividade do autor, pela sua natureza crítica e opinativa.

– **Artigos de opinião:** são textos semelhantes aos editoriais, por apresentarem a opinião ao autor acerca de assuntos atuais, porém, em vez de uma síntese do tema, esses textos são elaborados por especialistas, pois seu objetivo é fazer uso da argumentação para propagar conhecimento.

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

**CONJUNTOS. REPRESENTAÇÃO DE UM CONJUNTO. RELAÇÕES DE PERTINÊNCIA E INCLUSÃO IGUALDADE DE CONJUNTOS. SUBCONJUNTOS. CONJUNTO UNIVERSO. CONJUNTO DAS PARTES DE UM CONJUNTO. OPERAÇÕES COM CONJUNTOS: UNIÃO, INTERSEÇÃO, DIFERENÇA E COMPLEMENTAR. PRODUTO CARTESIANO. DIAGRAMA DE VENN. NÚMERO DE ELEMENTOS DE UM CONJUNTO**

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

## Símbolos importantes

- $\in$ : pertence
- $\notin$ : não pertence
- $\subset$ : está contido
- $\not\subset$ : não está contido
- $\supset$ : contém
- $\not\supset$ : não contém
- $/$ : tal que
- $\implies$ : implica que
- $\iff$ : se, e somente se
- $\exists$ : existe
- $\nexists$ : não existe
- $\forall$ : para todo(ou qualquer que seja)
- $\emptyset$ : conjunto vazio
- $\mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais
- $\mathbb{Z}$ : conjunto dos números inteiros
- $\mathbb{Q}$ : conjunto dos números racionais
- $\mathbb{I}$ : conjunto dos números irracionais
- $\mathbb{R}$ : conjunto dos números reais

## Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto  
 $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$

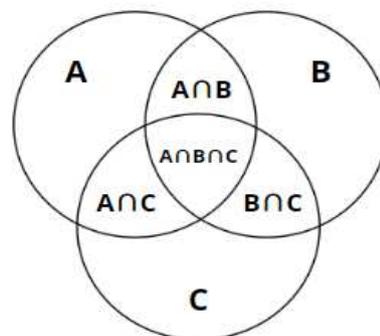
- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$

Através do Diagrama de Venn, que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.



## Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- A está contido em B escrevemos:  $A \subset B$

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos:  $A \not\subset B$

## Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos  $x \in U$  (conjunto universo), temos que:

- $A = A$ .
- Se  $A = B$ , então  $B = A$ .
- Se  $A = B$  e  $B = C$ , então  $A = C$ .
- Se  $A = B$  e  $x \in A$ , então  $x \in B$ .

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos.

Por exemplo, se  $A = \{1, 2, 3\}$ ,  $B = \{2, 1, 3\}$ ,  $C = \{1, 2, 2, 3\}$ , então  $A = B = C$ .

## Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por #, o número de elementos que ele possui.

Por exemplo, se  $A = \{45, 65, 85, 95\}$ , então  $\#A = 4$ .

Tipos de Conjuntos:

- **Equipotente:** Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.
- **Infinito:** quando não é possível enumerar todos os seus elementos
- **Finito:** quando é possível enumerar todos os seus elementos
- **Singular:** quando é formado por um único elemento
- **Vazio:** quando não tem elementos, representados por  $S = \emptyset$  ou  $S = \{ \}$ .

**Pertinência**

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo  $\in$ . As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos.

Por exemplo, o conjunto das vogais (V) é  $V = \{a, e, i, o, u\}$

- A relação de pertinência é expressa por:  $a \in V$ . Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V.
- A relação de não-pertinência é expressa por:  $b \notin V$ . Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

**Inclusão**

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- Propriedade reflexiva:  $A \subset A$ , isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- Propriedade antissimétrica: se  $A \subset B$  e  $B \subset A$ , então  $A = B$ .
- Propriedade transitiva: se  $A \subset B$  e  $B \subset C$ , então,  $A \subset C$ .

**Operações entre conjuntos**

**1) União**

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

$A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}$

**Exemplo:**

$A = \{1,2,3,4\}$  e  $B = \{5,6\}$ , então  $A \cup B = \{1,2,3,4,5,6\}$

**Fórmulas:**

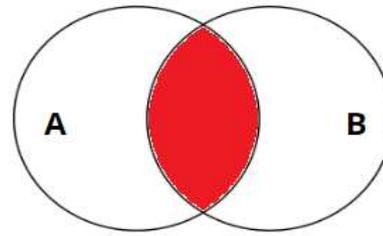
$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$

$n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$

**2) Interseção**

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

$A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$



**Exemplo:**

$A = \{a,b,c,d,e\}$  e  $B = \{d,e,f,g\}$ , então  $A \cap B = \{d, e\}$

**Fórmulas:**

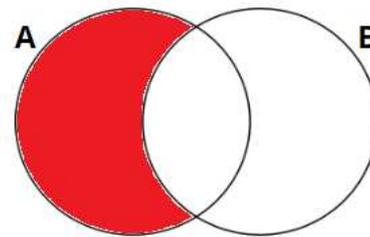
$n(A \cap B) = n(A) + n(B) - n(A \cup B)$

$n(A \cap B \cap C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cup B) - n(A \cup C) - n(B \cup C) + n(A \cup B \cup C)$

**3) Diferença**

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

$A \setminus B$  ou  $A - B = \{x | x \in A \text{ e } x \notin B\}$ .



**Exemplo:**

$A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$  e  $B = \{5, 6, 7\}$ , então  $A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$ .

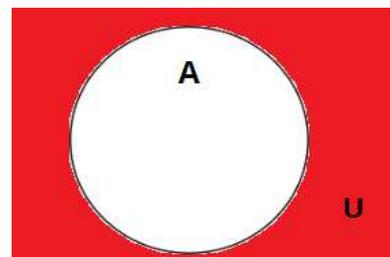
**Fórmula:**

$n(A - B) = n(A) - n(A \cap B)$

**4) Complementar**

O complementar de um conjunto A, representado por  $\bar{A}$  ou  $A^c$ , é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$\bar{A} = \{x \in U | x \notin A\}$



**Exemplo:**

$U = \{0,1,2,3,4,5,6,7\}$  e  $A = \{0,1,2,3,4\}$ , então  $\bar{A} = \{5,6,7\}$

**Fórmula:**

$n(\bar{A}) = n(U) - n(A)$

# NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



A Administração Pública é uma área complexa que envolve a gestão de recursos e serviços voltados para o bem-estar da sociedade. Ao longo da história, diversos modelos teóricos foram propostos para compreender e orientar a prática da administração governamental.

Neste artigo, exploraremos alguns dos principais modelos teóricos de Administração Pública, suas características e abordagens.

### — Modelo tradicional ou burocrático

O modelo tradicional ou burocrático na Administração Pública tem suas bases na teoria proposta por Max Weber, um renomado sociólogo e economista alemão. Este modelo é reconhecido por sua estrutura hierárquica, pela formalidade dos procedimentos, racionalidade na tomada de decisões e impessoalidade nas relações dentro da administração.

Na abordagem burocrática, as organizações públicas são estruturadas em uma hierarquia clara de autoridade, onde cada nível tem suas responsabilidades e competências definidas. As regras e regulamentos são estabelecidos de forma precisa e objetiva, buscando garantir a previsibilidade e a uniformidade nas ações governamentais. Isso significa que os procedimentos são padronizados e seguidos rigorosamente, minimizando a margem para interpretações subjetivas.

Um dos princípios centrais desse modelo é a racionalidade na tomada de decisões. As decisões administrativas são baseadas em critérios objetivos e técnicos, não influenciadas por interesses pessoais ou políticos. Dessa forma, busca-se garantir a eficiência na execução das tarefas, evitando desvios e favorecimentos.

A impessoalidade é outro aspecto fundamental do modelo burocrático. Os funcionários públicos são tratados de forma igualitária, independentemente de suas características pessoais ou sociais. O mérito e a competência técnica são os critérios valorizados para a ascensão na carreira e a realização das atividades.

No entanto, apesar de suas vantagens em termos de eficiência e previsibilidade, o modelo burocrático também recebe críticas. Uma delas é a rigidez excessiva, que pode tornar o sistema lento e pouco adaptável a mudanças. Além disso, a burocracia pode criar distanciamento entre os órgãos governamentais e a população, dificultando a compreensão e o acesso aos serviços públicos.

— **Modelo gerencial ou gerencialista**

O modelo gerencial na Administração Pública surge como uma resposta às limitações percebidas no modelo burocrático tradicional. Ele representa uma tentativa de trazer princípios e práticas da gestão privada para o setor público, visando melhorar a eficiência, a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.

Uma das principais características do modelo gerencial é a ênfase na descentralização e na delegação de autoridade. Ao descentralizar as decisões, o objetivo é permitir uma maior agilidade e flexibilidade na execução das tarefas, possibilitando que os gestores locais respondam de forma mais rápida e eficaz às demandas específicas de suas áreas de atuação.

Outro ponto central é a busca pela eficiência e pela eficácia na gestão dos recursos públicos. Os gestores são incentivados a adotar práticas de gestão orientadas para resultados, estabelecendo metas claras e mensuráveis para avaliar o desempenho das políticas e programas públicos. Isso envolve a utilização de indicadores de desempenho, avaliações periódicas e ajustes estratégicos para garantir que os recursos sejam alocados da maneira mais eficiente possível.

A flexibilidade também é uma característica importante do modelo gerencial. Diferentemente do modelo burocrático, que tende a ser rígido e formal, o modelo gerencial busca promover uma maior adaptabilidade às mudanças e às novas demandas que surgem ao longo do tempo. Isso permite uma resposta mais ágil e eficiente a situações emergenciais ou novas oportunidades de atuação.

Além disso, a autonomia dos gestores é valorizada no modelo gerencial. Eles são incentivados a tomar decisões de forma mais autônoma, levando em consideração as necessidades e peculiaridades de suas áreas de atuação. Isso cria um ambiente propício para a inovação e a criatividade na busca por soluções efetivas para os desafios enfrentados pela Administração Pública.

Um aspecto essencial do modelo gerencial é a ênfase na avaliação de desempenho. Através de sistemas de avaliação e monitoramento, os gestores públicos podem identificar áreas de melhoria, reconhecer boas práticas e tomar decisões embasadas em dados concretos. Isso contribui para uma gestão mais transparente, responsável e orientada para resultados tangíveis.

— **Modelo de governança pública**

A governança pública é um modelo relativamente recente na Administração Pública, surgindo como uma abordagem que busca envolver ativamente a sociedade no processo de gestão pública. Esse modelo enfatiza a transparência, a prestação de contas (*accountability*) e o diálogo entre o governo, a sociedade civil e o setor privado.

Uma das características fundamentais da governança pública é a abertura do processo decisório, tornando-o mais participativo e inclusivo. Isso significa que os cidadãos têm a oportunidade de contribuir com ideias, propostas e monitorar as ações do governo. A transparência é uma pedra angular desse modelo, pois visa garantir que as informações sobre as atividades governamentais estejam disponíveis e acessíveis ao público.

Outro aspecto importante é a *accountability*, ou seja, a obrigação do governo de prestar contas de suas ações e decisões. Isso envolve não apenas divulgar informações, mas também ser responsável por seus resultados e consequências. Os órgãos públicos são cobrados a explicar e justificar suas políticas e gastos, criando um ambiente de responsabilidade perante a sociedade.

Além disso, a governança pública promove o diálogo e a colaboração entre diferentes atores sociais, incluindo organizações da sociedade civil, empresas privadas e cidadãos. Essa abordagem busca criar parcerias e alianças que visem o interesse público e a melhoria das políticas e serviços oferecidos pelo governo.

Ao contrário do modelo burocrático, que é mais centralizado e hierárquico, a governança pública é vista de forma mais horizontal. Isso significa que as decisões são tomadas de maneira mais colaborativa e descentralizada, levando em conta as diversas perspectivas e necessidades da sociedade.

— **Modelo de novas teorias de administração**

As novas teorias de administração, como a Teoria da Nova Gestão Pública (New Public Management - NPM), representam uma abordagem moderna e dinâmica na Administração Pública. Surgindo como uma resposta aos desafios enfrentados pelos governos em um ambiente cada vez mais complexo e globalizado, o NPM traz consigo elementos do modelo gerencial e da gestão privada.

Uma das principais características do NPM é o foco na eficiência e na qualidade dos serviços prestados pelo setor público. Isso significa que os órgãos governamentais são incentivados a adotar práticas e técnicas de gestão empresarial para melhorar a produtividade e o desempenho. A ideia é buscar a maximização dos recursos disponíveis, garantindo que sejam utilizados de forma eficaz e eficiente.

Além disso, o NPM valoriza a satisfação do cliente, que, no caso da Administração Pública, são os cidadãos. A ideia é que os serviços públicos atendam às necessidades e expectativas dos cidadãos de maneira ágil, eficiente e acessível. Isso envolve uma mudança de paradigma, onde os órgãos públicos passam a ser vistos como prestadores de serviços que devem buscar a excelência em suas entregas.

Outro aspecto importante do NPM é a introdução da competição entre os órgãos governamentais e até mesmo com o setor privado. A ideia é que a competição gere um ambiente de busca por melhores resultados e eficiência, estimulando a inovação e a busca por soluções mais eficazes para os desafios enfrentados pela Administração Pública.

Para orientar a gestão por resultados, o NPM também propõe o uso de indicadores de desempenho e avaliações periódicas. Dessa forma, os gestores públicos podem monitorar o progresso, identificar áreas de melhoria e tomar decisões com base em dados concretos.

— **Modelo Holístico ou de Governança Colaborativa**

O modelo holístico ou de governança colaborativa é uma abordagem que ganha destaque na Administração Pública contemporânea. Ele parte do reconhecimento da interdependência e da complexidade dos problemas sociais, ambientais e econômicos enfrentados pela sociedade. Diferentemente de modelos mais tradicionais, esse enfoque busca soluções integradas e participativas, envolvendo não apenas o governo, mas também a sociedade civil, o setor privado e instituições acadêmicas.

Essa abordagem se baseia na ideia de que problemas complexos exigem soluções que vão além das fronteiras dos órgãos públicos. Assim, a colaboração entre diferentes atores se torna essencial para identificar, planejar e implementar políticas

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## SOFTWARE

O termo software se refere a um conjunto de instruções ou programas escritos em uma linguagem de programação, que orientam o funcionamento de um dispositivo eletrônico, como computadores e smartphones. Diferente do hardware, que é a parte física do equipamento, o software é a parte lógica e imaterial, sendo responsável por executar tarefas específicas e permitir a interação do usuário com o sistema. Um software pode incluir não apenas o código de programação, mas também interfaces gráficas, bancos de dados, arquivos de mídia e documentação. Além disso, cada software está sujeito a uma licença de uso, que define os direitos e restrições sobre sua utilização, distribuição e modificação.

Os softwares podem ser classificados de diversas formas, dependendo de sua finalidade e funcionamento. As principais categorias são:

### Software de Sistema

Os softwares de sistema são responsáveis pelo gerenciamento do hardware e pela execução de outros programas no computador. Eles atuam como uma interface entre o usuário e a máquina, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente. O principal exemplo desse tipo de software são os sistemas operacionais (SO), como:

- Windows (Microsoft)
- Linux (Diversas distribuições, como Ubuntu e Debian)
- macOS (Apple)
- Android (Google)
- iOS (Apple)

Além dos sistemas operacionais, o software de sistema inclui outros componentes fundamentais, como:

- Drivers – Permitem a comunicação entre o sistema operacional e os dispositivos de hardware (impressoras, placas de vídeo, etc.).
- Firmware – Software embutido no hardware, como BIOS e UEFI, essenciais para o funcionamento de placas-mãe e dispositivos embarcados.

### Software Aplicativo

O software aplicativo é aquele desenvolvido para a realização de tarefas específicas, como edição de textos, planilhas, apresentações e navegação na internet. São programas utilizados diretamente pelo usuário para desempenhar atividades diversas. Esse tipo de software não é essencial para o funcionamento do sistema, mas facilita diversas atividades diárias. Exemplos incluem:

- Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint, etc.)
- Google Workspace (Docs, Sheets, Slides)
- Adobe Photoshop (Edição de imagens)
- Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge (Navegadores de internet)
- Media Player, VLC (Reprodução de mídia)

### Software Utilitário

Os softwares utilitários são programas que auxiliam na manutenção, segurança e otimização do sistema, garantindo seu bom funcionamento. Entre os principais utilitários, destacam-se:

- Antivírus e Antimalware (Windows Defender, Avast, Kaspersky)
- Compactadores de Arquivos (WinRAR, 7-Zip)
- Gerenciadores de Disco e Partições (EaseUS Partition Master, GParted)
- Ferramentas de Backup (Acronis, Google Drive, OneDrive)
- Limpadores de Sistema (CCleaner)

### Software de Jogos

Os softwares de jogos são programas voltados para o entretenimento. Eles podem variar desde jogos simples até complexos simuladores. Exemplos incluem:

- Jogos para PC e consoles (GTA, FIFA, The Sims)
- Plataformas de distribuição de jogos (Steam, Epic Games, PlayStation Store)
- Emuladores (PCSX2, Dolphin, RetroArch)

### Classificação quanto ao Código-fonte

Os softwares também podem ser classificados de acordo com a disponibilidade de seu código-fonte e o modelo de distribuição:

– **Software Proprietário:** O código-fonte não é disponibilizado ao público, e o uso é restrito a licenças específicas. Exemplos: Windows, Microsoft Office, Adobe Photoshop.

– **Software Livre:** Pode ser usado, modificado e distribuído livremente, respeitando certas condições. Exemplos: Linux, LibreOffice, GIMP.

– **Software de Código Aberto (Open Source):** O código-fonte é disponibilizado ao público, permitindo modificações. Nem todo software de código aberto é livre, pois pode haver restrições de licenciamento. Exemplos: Mozilla Firefox, MySQL, WordPress.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS PARA COMPUTADORES (WINDOWS). APLICATIVOS DIVERSOS. MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS. TIPOS DE ARQUIVOS E SUAS EXTENSÕES. WINDOWS EXPLORER**

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

**Principais Características e Novidades**

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

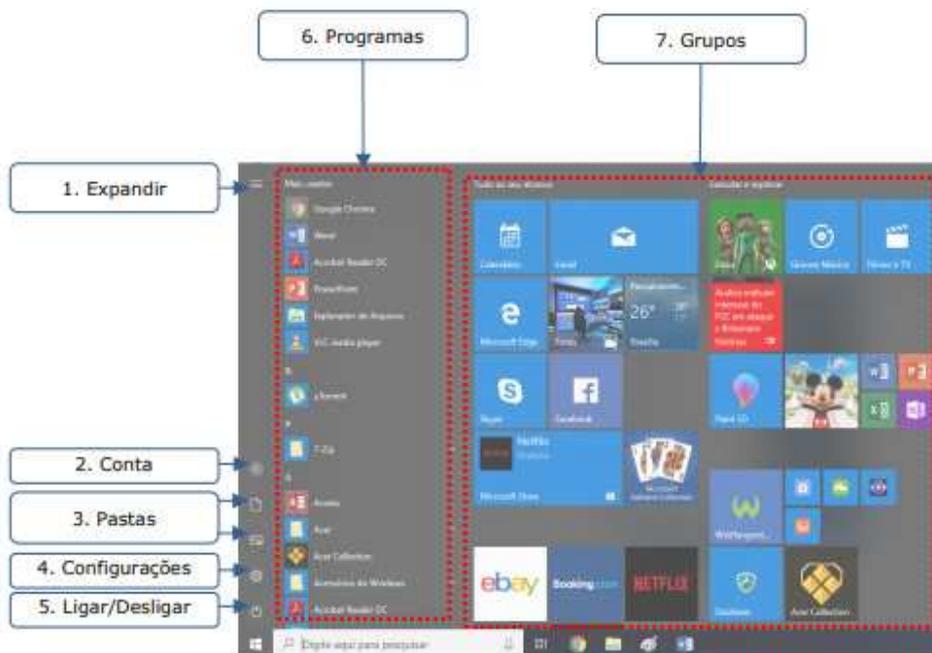
**Instalação do Windows**

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

**Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear**

**Botão Iniciar**

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

# NOÇÕES DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PÚBLICO

## CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade tem como principal objetivo **gerar informações úteis** para a tomada de decisões de investidores, credores, gestores, governo e demais usuários. Para que essas informações realmente cumpram sua função, elas precisam ter **qualidade**, ou seja, certas características que as tornem **relevantes, confiáveis e comparáveis**.

Essas diretrizes estão presentes no **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**, que segue os padrões do IASB (IFRS).

### ► Características qualitativas fundamentais

São aquelas **essenciais**, sem as quais a informação contábil perde sua utilidade.

#### a) Relevância:

▪ A informação é relevante quando **faz diferença** na decisão dos usuários.

▪ Deve ter **valor preditivo** (ajuda a prever resultados futuros) e/ou **valor confirmatório** (confirma ou corrige expectativas anteriores).

▪ Inclui o conceito de **materialidade**, que significa considerar apenas informações que realmente tenham impacto significativo.

▪ **Exemplo:** o registro de uma despesa de R\$100,00 pode ser irrelevante para uma multinacional, mas extremamente relevante para uma pequena empresa.

#### b) Representação Fidedigna:

A informação deve **refletir a realidade econômica** da transação, e não apenas sua forma legal.

Para ser fidedigna, precisa ser:

▪ **Completa:** conter todas as informações necessárias;

▪ **Neutra:** sem vieses, não manipulada;

▪ **Livre de erro material:** embora não signifique perfeição absoluta, deve ser produzida com rigor e transparência.

▪ **Exemplo:** um contrato de leasing deve ser registrado como ativo e passivo, mesmo que legalmente não seja uma compra, pois **na essência** representa controle econômico sobre o bem.

### ► Características Qualitativas de Melhoria

Não substituem as fundamentais, mas aumentam a **utilidade** da informação contábil.

#### a) Comparabilidade:

▪ Permite que os usuários **comparem** informações ao longo do tempo (**comparabilidade temporal**) e entre diferentes entidades (**comparabilidade espacial**).

▪ Requer **consistência** nos métodos contábeis.

▪ **Exemplo:** uma empresa deve usar o mesmo critério de depreciação ao longo dos anos para permitir comparação com exercícios anteriores.

#### b) Verificabilidade:

Diferentes observadores independentes devem conseguir **chegar a resultados semelhantes**, confirmando que a informação é confiável.

▪ **Exemplo:** o valor de estoque pode ser verificado por contagem física ou documentos fiscais.

#### c) Tempestividade:

▪ A informação deve estar disponível **no tempo certo** para influenciar decisões.

▪ Informação atrasada perde parte de sua utilidade, mesmo que seja precisa.

▪ **Exemplo:** divulgação de resultados financeiros trimestrais logo após o período de referência.

#### d) Compreensibilidade:

▪ A informação deve ser apresentada de forma **clara e acessível** para usuários com conhecimento razoável de negócios e contabilidade.

▪ Não significa simplificar demais, mas sim **organizar e explicar bem** os dados complexos.

▪ **Exemplo:** demonstrações contábeis com notas explicativas que detalham critérios de mensuração.

### ► Restrições à Informação Contábil

Além das características qualitativas, existem **limitações práticas**:

▪ **Custo x Benefício:** o custo de produzir e divulgar uma informação não deve superar sua utilidade.

▪ **Equilíbrio entre características:** nem sempre é possível maximizar todas as qualidades ao mesmo tempo, sendo necessário buscar um ponto de equilíbrio.

### ► Resumo Esquemático

#### Fundamentais:

▪ Relevância (valor preditivo e confirmatório, materialidade);

▪ Representação fidedigna (completa, neutra, livre de erro material).

**De Melhoria:**

- Comparabilidade;
- Verificabilidade;
- Tempestividade;
- Compreensibilidade.

**Importância para a Prática Contábil:**

Essas características garantem que a contabilidade seja **uma linguagem transparente e confiável** entre empresas e seus usuários, promovendo:

- Melhor tomada de decisão;
- Maior confiança de investidores e credores;
- Credibilidade no mercado de capitais;
- Cumprimento de normas internacionais.

**CRITÉRIOS GERAIS DE EVIDENCIAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A **evidenciação contábil** consiste no **conjunto de informações** apresentadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas, que permitem aos usuários compreender a posição patrimonial, financeira e os resultados da entidade.

O objetivo é **garantir transparência** e fornecer subsídios para a **tomada de decisões econômicas** por parte de investidores, credores, gestores e órgãos reguladores.

► **Princípios e objetivos da evidenciação**

A evidenciação deve atender a critérios que assegurem:

- **Clareza:** a informação deve ser compreensível;
- **Relevância:** deve contribuir efetivamente para a tomada de decisões;
- **Confiabilidade:** deve retratar fielmente a realidade da empresa;
- **Comparabilidade:** deve permitir comparações no tempo e entre entidades.

**Elementos mínimos a serem evidenciados:**

De acordo com a Lei das S.A. e os CPCs, as demonstrações contábeis devem evidenciar, no mínimo:

- **Balanco Patrimonial:** posição de ativos, passivos e patrimônio líquido;
- **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):** desempenho econômico do período;
- **Demonstração do Resultado Abrangente (DRA):** ganhos e perdas não realizados;
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):** movimentação de entradas e saídas de caixa;
- **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** (obrigatória para companhias abertas);
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)** ou DLPA;
- **Notas Explicativas:** informações adicionais, critérios contábeis e detalhes sobre saldos.

► **Critérios Gerais de Evidenciação**

As informações devem ser apresentadas de acordo com alguns **critérios básicos**:

**a) Materialidade (Relevância):**

- Apenas informações que possam **influenciar as decisões** devem ser detalhadas.
- Fatos insignificantes podem ser agrupados.

▪ **Exemplo:** uma despesa de pequeno valor pode ser somada a "Outras Despesas Operacionais".

**b) Forma e Essência:**

- Deve prevalecer a **essência econômica** sobre a forma legal.
- Isso garante que a informação represente a realidade.

▪ **Exemplo:** arrendamento mercantil (leasing) deve ser registrado como ativo e passivo, mesmo que juridicamente não seja compra.

**c) Clareza e Compreensibilidade:**

- Estrutura organizada, padronizada e de fácil entendimento.
- Termos técnicos devem ser acompanhados de explicações quando necessário.

**d) Comparabilidade:**

- Uso consistente dos mesmos critérios contábeis ao longo do tempo.
- Mudanças de práticas contábeis devem ser destacadas e justificadas em notas.

**e) Periodicidade:**

- As demonstrações devem ser elaboradas em **intervalos regulares** (normalmente anuais, mas podendo ser trimestrais ou semestrais no caso de companhias abertas).

**f) Notas explicativas:**

Devem complementar as demonstrações, esclarecendo:

- Critérios de avaliação e políticas contábeis;
- Informações sobre contingências e riscos;
- Eventos subsequentes;
- Transações com partes relacionadas;
- Detalhes de saldos relevantes (ex.: composição de estoques, empréstimos e financiamentos).

**Restrições Práticas:**

- **Custo x Benefício:** a divulgação deve equilibrar o custo de geração da informação e sua utilidade.
- **Excesso de informações:** o excesso pode confundir o usuário (fenômeno chamado *information overload*).

**Importância da Evidenciação:**

Uma boa evidenciação assegura:

- **Transparência** na comunicação da empresa;
- **Credibilidade** perante investidores e credores;
- **Conformidade** com normas legais e regulatórias;
- **Suporte à governança corporativa.**

**Resumo Esquemático:**

- Fundamenta-se em **relevância, fidedignidade, clareza, comparabilidade e periodicidade**;
- Abrange **BP, DRE, DFC, DRA, DMPL/DLPA, DVA e Notas Explicativas**;
- Deve evidenciar **o que é material**, prezando pela **essência econômica e pela transparência**.